

Compreensões da Conjuntura Nacional e da Greve Nacional da FASUBRA a partir da participação no CNG FASUBRA como Representante da ASSUFRGS

Rui Muniz

Enquanto Representante da ASSUGRGS no CNG FASUBRA na Greve contra a PEC 55 - dezembro/16, esse documento foi construído com a intenção de proporcionar a apropriação pelxs Filiadxs da ASSUFRGS de conteúdos debatidos, da dinâmica e dos métodos de funcionamento do CNG FASUBRA. Para tanto, apresenta-se um breve debate da conjuntura a partir da vivência das reuniões, nas ações do CNG e ambientes onde tivemos atividades em Brasília, sendo anexadas análises e informes dos Representantes da ASSUFRGS encaminhados ao CLG, dispostos cronologicamente. Não são tratados nesse documento os conteúdos e a forma dos IG FASUBRA e documentos oriundos do ANDES, ANDIFES, CONIF, SINASEFE, que estão disponíveis nos meios de comunicação de nosso Sindicato e FASUBRA.

Estávamos como Representantes da ASSUFRGS no CNG FASUBRA Carla Maria Somariva, Rosane Procaska e Rui Muniz. Participamos de todas as reuniões do CNG e de todas as atividades, estando vinculados à Comissão de Infraestrutura e de Segurança. Nossos funcionamentos e decisões em todas as reuniões e atividades foram feitos de forma coletiva; todas as intervenções e posições eram antecipadamente debatidas e, ao final de cada dia, reuníamos para conversar e construir e enviar Informes à Secretaria da ASSUFRGS, sempre solicitando que fossem encaminhados aos integrantes do CLG ASSUFRGS. Foram enviados 6 (seis) Informes dos Representantes CNG FASUBRA ao CLG ASSUFRGS.

As atividades de rua mais importantes que integramos pela FASUBRA foram a Marcha contra as Reformas de Temer, na primeira votação da PEC 55 no dia 29 de novembro, Marcha em Defesa da Saúde Pública, no dia 07 de dezembro, e a Marcha contra as Reformas de Temer, na segunda votação da PEC 55 no dia 13 de dezembro. Dia 06 de dezembro participamos do Seminário Internacional da Previdência, onde teve abordagens técnicas e políticas, a partir de intervenções do governo e de participantes representando Entidades Argentina, Brasileira e Chilena. Nas avaliações, questões relativas à transição de modelo de previdência, paridade de salários para ativos e aposentados, integralidade de salários na aposentadoria, tempo de serviço, não diferenciação de gênero e sustentação do sistema de previdência (fontes de financiamento...), entre outras.

Fora Temer: Eleições Já!!!

1. A Greve Nacional da FASUBRA contra a PEC 55: a tarefa de enfrentar as reformas liberais

Em uma conjuntura nacional onde em seis meses a Presidenta da República foi afastada por golpe, o presidente da Câmara foi deposto e preso e o Presidente no Senado Federal foi deposto e por novo golpe no STF mantido na função, o poder do Brasil é exercido por um Presidente da República que não se elegeria com o programa que busca implementar.

O Programa, sustentado em reformas na Constituição, é muito próximo de um golpe militar, porque suas concepções apontam para perdas de direitos dos trabalhadores com sustentação das elites de capitalistas e financistas nacionais e internacionais. Na lógica, para os trabalhadores o mínimo é o mínimo, para as elites o teto não é teto.

O Projeto das elites é um Estado com funções públicas reduzidas, sem direitos sociais, onde a meta é a exploração da maioria para bem estar da minoria que exercita e se beneficia do poder do Estado, em um modelo liberal clássico.

As Forças Armadas, aos poucos se manifestam alinhadas a herdeiros dos Newton Cruz da vida. Estes herdeiros, oferecem riscos de rupturas mais duras ainda, a pretexto de que não há políticos eleitos que não estejam envolvidos em corrupção, resolver fazer dessa crise um golpe dentro do golpe, em uma República que se combine com as regras do Temer, atrasadas no tempo e na forma que os liberais desejam, gerando nova crise.

Chama a atenção que, nesse cenário, um tensionamento grande permeou os poderes quando Renan não recebeu a notificação do oficial de justiça para receber a liminar emitida por Marco Aurélio, sabendo que a análise no Supremo emitiria o resultado de golpe caçando a liminar. O cenário da direita está dividido em um possível novo mandato presidencial a ser construído, polarizando eleições diretas antes do final de ano, de forma indireta ou direta com mudança constitucional das regras no próximo ano. Nessa construção são alternativas debatidas a manutenção de Temer ou substituição por FHC, passando por Bolsonaro e Caiado ou até a construção de um consenso de direita com Álvaro Dias. Na Marcha do dia 04 de dezembro, chamada contra a corrupção, por exemplo, claramente parte da direita fez uma crítica ao governo Temer e que também aponta uma saída de direita reivindicando "legalidade" e "moralidade", sem dialogar sobre dívida pública, transferência de recursos públicos para organizações privadas e taxações das riquezas, entre outras pautas necessárias.

O que resulta disso para o governo golpista de Temer é um executivo frágil em suas bases de direita e que repercute na sociedade, rodeado de denúncias de corrupção, com um núcleo político instável e que pode se esfacelar se alguma alternativa seja construída para substituí-lo, enquanto política da direita.

Com relação à oposição, mostrou-se até o momento incapaz de enfrentar essa conjuntura, desarticulada ainda pela timidez nas movimentações populares do PT, MST e CUT. No caso de Renan e o Golpe do STF, por exemplo, diz-se inclusive que a bancada petista estaria dividida com relação à cessação das votações e a manutenção de Renan no poder.

1.1 CNG FASUBRA

Em que pesem críticas pontuais à FASUBRA, há de se considerar que a Federação é uma das mais importantes no Brasil e que nos últimos mais de 30 anos esteve em todas as lutas, garantindo avanços e resistindo a golpes e políticas de retiradas de direitos. No cenário atual, onde as forças populares e de esquerda não se articulam por inteiro para enfrentar esse projeto, na deflagração da Greve que hora suspendemos a FASUBRA novamente teve um papel fundamental: apontar a direção de luta e enfrentamento às reformas e rupturas de Estado propostas pelos liberais, juntamente com segmentos organizados como o Estudantil, que enfrenta com vigor nas ruas e ocupações a tirania de quem criminaliza os Movimentos Sociais, aos moldes do Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, que completa 48 anos na data de votação em segundo turno da PEC 55.

As avaliações e teses que foram construídas no CNG se apresentaram bem ofensivas na conjuntura, orientando para a disputa alinhada às propostas populares e movimentos sociais, mesmo considerando que nossa base talvez não tenha perfil para enfrentamentos mais fortes no momento. As construções no CNG foram equilibradas e alinhadas às movimentações existentes, mas o tempo foi curto para que tivéssemos uma construção mais efetiva, o que muitas vezes dificultou as movimentações.

Mesmo em um clima no CNG de necessidade de radicalizar a luta, no geral não se tinha uma linha clara de ação, em função de uma conjuntura permeada de "novidades a todo o momento", o que dificultava a definição de políticas para a conjuntura. Constatou-se a necessidade de inovar na estratégia, com capacidade de apontar respostas que deverão ser rápidas e que serão importantes para a conjuntura dessa greve, como também para as próximas ações. Há sim uma preocupação forte com segurança na construção das políticas e das ações; há a necessidade de trabalharmos cenários para traçar nossas possíveis movimentações.

Das movimentações, a partir da votação em segundo turno da PEC 55 no Senado, podemos depreender reflexões que consolidam a visão de que as ações contrárias à aprovação estruturadas pelos movimentos sociais ofereceram resistência, direção à luta e apontaram para a conscientização social. A menor adesão dos senadores ao Projeto, que passou de 61 votos favoráveis em primeiro turno, para 53 votos no segundo turno e a maior adesão popular aos questionamentos feitos com relação à PEC, são comprovados quando o governo não economizou esforços para impedir o debate sobre a "pec da maldade" e atestam o acerto das Políticas alinhadas da FASUBRA. Das ações alinhadas do CNG FASUBRA, destacam-se as Marchas de impacto, alinhadas às ações repressivas e de criminalizações feitas pelo governo (dia 29 de novembro, primeira votação, e dias 07, Marcha da Saúde, e 13 de dezembro, segunda votação), as ações no Congresso e as articulações com Organizações e Entidades.

O Movimento Estudantil, de determinante importância para nesse momento da resistência ao golpe instalado no Brasil, mostrou-se estruturado e com estratégia de ação, que contou com movimentações pensadas e articulações em seus diferentes segmentos.

A análise e orientações do CNG de saída de Greve da FASUBRA, foram pensadas e equilibradas, atendendo aos objetivos traçados em sua deflagração: fomos partícipes nas construções

nacionais de enfrentamento às agressões do governo de forma determinada, apontamos uma direção estratégica de luta para os Movimentos Sociais e contribuimos para um ambiente de unidade para a continuidade das lutas em 2017; com relação à ANDIFES e CONIF, a FASUBRA teve intervenção determinante para que ações de corte de ponto e repressivas com relação à Greve não tivessem eco no meio dos reitores, a partir dos documentos e posições ofensivas do governo; o retorno ao trabalho de forma unificada dia 15 fará com que a categoria não tivesse o possível maior revés da greve, que seria o corte de ponto; a definição pela suspensão e definição do Estado de Greve serão decisivos para a mobilização no que diz respeito a aspectos jurídicos (avaliados pela Assessoria Nacional da FASUBRA) e políticos, sem com isso correremos risco de comprometer questões corporativas como carreira ou política salarial; previsão de reajuste para os Servidores na LDO de 2018 é acertada.

Com relação à sequência de nossa luta, os próximos enfrentamentos envolvem: as reformas Política e do Ensino Médio, em trânsito no Senado; a reforma nas Relações de trabalho, que será implantada de forma fracionada, a começar pela terceirização e desregulamentação, que admite a prevalência do negociado sobre o legislado e mudanças nas Normas Regulamentadoras; a reforma da Previdência, que entrará em pauta em fevereiro de 2017 na Câmara de Deputados. Além disso, devemos construir política para estabelecimento de previsão orçamentária de reposição de perdas dos Servidores na LDO de 2018, que será votada no próximo ano e onde os salários estarão congelados.

Quanto à reforma da Previdência, será o grande embate de 2017, pois se por um lado é o referencial para a reforma trabalhista, que alterará as condições de exploração dos trabalhadores no Brasil, de outra forma poderá aglutinar e mobilizar diferentes forças e segmentos sociais da cidade e do campo (MST, MTST, FBP, FPSM, Intersindical, CUT, UNE...), nessa que pode ser a mais importante frente de resistência às rupturas de Estado que a direita está buscando promover no país. Para a FASUBRA, de forma a subsidiar as suas ações nessa luta, devemos construir uma ampla campanha contra a reforma da Previdência, capaz de elevar a compreensão dos trabalhadores da base da FASUBRA, bem como aglutinar e articular os movimentos sociais em torno de uma pauta unificada de ações. Questões relativas à proposta do governo, plano de benefícios, transição de modelo de previdência, paridade de salários para ativos e aposentados, integralidade de salários na aposentadoria, tempo de serviço, não diferenciação de gênero, sustentação do sistema de previdência (fontes de financiamento...) e a questão das pensões, entre outras, devem ter seus conteúdos apropriados pelos trabalhadores para sustentar as movimentações e seus comprometimentos.

Temas centrais, no entanto, deverão ser massivamente apropriados pelos trabalhadores no próximo período, como a questão da dívida pública, sob a orientação da Auditoria Cidadã da Dívida.

2. Análises e Informes com relação à Greve Nacional da FASUBRA contra a PEC 55

A seguir são apresentadas Análises, Relatos e Informes encaminhados ao CLG ASSUFRGS com relação à Greve Nacional da FASUBRA contra a PEC 55, cronologicamente.

2.1 Análise do ato do dia 29 nov - A Ação Direta que ilumina o Cerrado, por Paique Duques Santarém (um relato e reflexão sobre o ato do dia 29/11/2016)

Esse documento descreve de forma didática a construção, as ações e a repressão no ato do dia 29 em Brasília, provocando para o debate e a construção de alternativas para as próximas lutas.

Há cerca de uma década atrás adorava uma canção, inventada por alguns amigos que faziam irreverência à paranoia antiterrorista. Esta música, que foi cantada em muitas festas, manifestações, rodas de violão e cantigas pra ninar dizia mais ou menos assim

“Êê toca fogo no estado, que é pra iluminar o cerrado!

É joga bomba no mundo, morte à ordem e ao consumo!”

Há alguns anos não cantamos mais esta canção, pois nosso movimento cresceu de forma que estas brincadeiras musicais deram lugar a outras. Porém no ato do dia 29/11, contra a aprovação da PEC 241/55 (que criminosamente limita os gastos sociais, com efeitos deploráveis sobre a sociedade), esta música não parou de tocar em minha mente, como uma memória em looping eterno. Por meio deste relato, análise e avaliação tentarei explicar-lhes o porque disso.

A organização prévia da manifestação

A mobilização do dia 29/11/2016 foi articulada em um cenário que é reflexo do que é a esquerda brasileira hoje: composta por fragmentações, ações diversas em distintas direções, necessidade de unidade mas impossibilidade de horizontes comuns. A PEC 241/55 é uma medida assombrosa que desperta a necessidade da unidade não por questões ideológicas e sim pelos efeitos diretos que implica no conjunto da população. Ou seja, a aparente unidade gestada no ato de ontem não era fruto da convergência das esquerda, mas do retrocesso realizado pelos setores dirigentes da sociedade.

Destaco três setores que confluíram para o ato. Os sindicalistas (que, sem muito apoio das maiores centrais sindicais, colocaram verba e estrutura com poucos recursos por meio das direções de federações ou mesmo direções sindicais locais); o movimento estudantil que tem ocupado escolas/universidades em todo o Brasil; movimentos sociais de massa que fizeram ações pontuais, porém não dirigiram/protagonizaram o processo como em outros períodos (especialmente MTST e MST). Há também, por fim, uma participação específica da esquerda do Distrito Federal que cedeu alojamentos, fez eventos prévios de organização e discutiu táticas de luta.

De um ponto de vista analítico mais sucinto podemos definir que os dois principais campos em ação nas ruas eram Estudantes (em suas mais variadas organizações) e Sindicalistas (articulando um conjunto de dirigentes, parlamentares e entidades burocráticas). Os outros campos, por não realizarem ações que protagonizasse o cenário, podem ser inseridos como alicerces de um ou outro grupo, nesta análise específica. O movimento estudantil tem sido caracterizado por uma ampla gama de ações diretas e críticas ao modelo organizativo dos atos, sindicatos e táticas sociais-democratas dos partidos tradicionais. Simultânea e contraditoriamente quem estava realizando em grande parte o contato com as direções sindicais que participaram do ato eram justamente os estudantes das juventudes partidárias presentes nas ocupações. As tensões entre organizações de base e organizações partidárias (presentes nas ocupações) já começaram a se transferir por aí para a prévia da mobilização.

Dois conjuntos de reuniões foram realizadas para pensar taticamente a mobilização: o campo sindical fez reuniões de direções de centrais; o campo estudantil fez assembleias em suas ocupações e sub reuniões diversas pra pensar táticas de ação. Enquanto o primeiro grupo estava preparando-se pra uma mobilização tradicional (com carros de som, caminhada organizada até a esplanada, pouco tensionamento com a polícia e "vigília" contra a pec), o segundo se organizava com o horizonte claro da ação direta (grupos de afinidade, propostas ousadas pra impedir a votação no senado, articulação de batucadas, táticas de rua, piquetes, disposição ao enfrentamento e radicalidade). Estas duas estratégias de luta não dialogaram seriamente em nenhum momento, de forma que as delegações estudantis preencheram os ônibus dos sindicatos e fizeram o grosso da mobilização. Porém sindicalistas acreditavam que, como sempre, controlariam e dirigiriam o conjunto do ato; simultaneamente estudantes se organizavam para táticas de subversão (inclusive da própria manifestação).

O fato é que a manifestação não tinha nenhuma organização ou sigla que pudesse assumir-se como organizadora oficial da mobilização. A data e local do ato foram uma resposta coletiva à agenda do senado de fazer a votação no dia 29/11. Podemos observar, por exemplo, que ao invés de uma convocatória oficial à mobilização, houve várias. Não foram reuniões entre lideranças de cinco ou quinze grupos políticos que definiram como se daria o processo de mobilizações sociais.

O ato propriamente dito - Uma descrição parcial

O ato mesmo começou com a concentração no Museu Nacional. Pra quem não é de Brasília, existe o seguinte desenho da rua da esplanada: (Esplanada)->(Ministérios) ->(Catedral)->(Museu/Biblioteca Nacional)->(Rodoviária central do Distrito Federal), tudo isso entrecortado por uma via chamada "Eixo Monumental". A rodoviária tem sido palco massivo de protestos regularmente desde pelo menos as lutas pelo passe livre estudantil, doze anos atrás. A memória de lutas no local, porém, passa por muitos eventos relevantes da cidade, como o "Badernaço" de 1986 quando uma mobilização sindical foge do controle, carros são virados na rodoviária e o caos se instaura no setor (uma versão dos sindicalistas da época é bem expressa no filme "Badernaço: o dia que não acabou" (Disponível no online). Curiosamente, mesmo com os fortes indícios de que realmente houvesse infiltrados no Badernaço, a memória popular sobre aquele quebra-quebra é mais positiva e transgressora (da realização de uma revolta

justa) do que de uma impressão de ter sido manipulada. Guarde essa dissonância cognitiva, voltaremos a ela depois.

Cerca de trinta mil pessoas estiveram nas ruas de Brasília dia 29/11 contra a PEC 241/55. Já na concentração do ato três coisas chamaram a atenção: 1) a diversidade dos grupos presentes e a desarticulação tática entre forças até então muito próximas, com a inexistência de uma assembleia geral das ocupações ou de todas universidades para se articularem; 2) a indefinição pública sobre qual seria a estratégia geral da manifestação quando chegássemos ao congresso (como já abordado acima); a pequeníssima presença (visível) da polícia nos arredores da manifestação, ao contrário do que tem ocorrido em todos os atos locais desde o processo junho/2013-copa/2014: não houve revista prévia, não havia policiais cercando o início do ato, nada de tropas próximas aos ministérios... tudo vazio; 3) a presença jovem em grande quantidade muito maior em relação ao movimento sindical, uma grande parcela da juventude negra e periférica que raramente comparece às mobilizações nacionais do movimento sindical/estudantil... uma presença ativa e organizada que não tinha nenhuma característica de estar servindo como massa de manobra de grupos, organizações ou lideranças escusas.

Outra situação fora do normal dos atos da esplanada é que pouco mais de meia hora depois do horário marcado para a concentração, os grupos já se organizaram e saíram em caminhada rumo ao congresso. Normalmente a concentração do ato leva aproximadamente duas horas divididas entre ensaios de baterias, falar nos carros de som, acomodação e organização das delegações, espera de grupos que ainda não chegaram por algum atraso. Dado que a sessão do senado começou seus trabalhos às 16h e seguiu em votação até aproximadamente as 23h, era de se supor que a caminhada começasse mais tarde. Mas não foi assim que aconteceu; às 17:00 já estávamos chegando todos e todas no congresso.

Havia um expressivo setor com rostos cobertos, com palavras de ordem de incentivo e preparação para a ação direta, muita gente preparada para agir e reagir à aprovação da proposta. Para além disso, o clima geral da manifestação era o de radicalidade contra a PEC, talvez inclusive porque já se soubesse de prévia que a possibilidade dela não ser aprovada caso fosse colocada em votação era nula: só com uma grande ação a votação poderia ser paralisada ou influenciada. A radicalidade estava às portas.

Quando chegamos à esplanada um setor massivo (e não meia dúzia, como dizem certos políticos e analistas) foi para a linha de frente onde estava a polícia militar fazendo a barreira do congresso nacional. Sem sombra de dúvidas, milhares de pessoas foram ao enfrentamento direto com a polícia na intenção expressa de romper o cerco policial e entrar no congresso. Como dito acima, havia pouco efetivo policial visível, o que deu a impressão em muitos/as de que havia uma janela de oportunidade para este tipo de ação. Apesar do que algumas pessoas têm afirmado, a disposição em ocupar o senado era generalizada nos mais diversos grupos do movimento estudantil. Havia rumores de planejamentos distintos neste sentido vindos dos mais diferentes setores do movimento. Assim, quando um grupo - identificado com as táticas de ação direta mais tradicionais - avançou pelo flanco esquerdo da esplanada, a repressão começou, ainda localizada e com baixa intensidade. O carro da Record estava no meio disso tudo. Não se sabe se quem começou a virar o veículo realmente foram possíveis infiltrados externos ao ato, mas eles seriam completamente desnecessários: a organização

para ação direta, o início da repressão e um carro da imprensa corporativa, golpista, mentirosa e burguesa circulando em meio a isso são uma fórmula já mais que conhecida.

Por outro lado a repressão policial foi imediata e muito mais generalizada, ultrapassando o setor que estava à frente deste enfrentamento localizado e específico. Logo de início a repressão desencadeou-se para o conjunto do ato, na clara intenção de desarticulá-lo dispersando os/as manifestantes por completo. Assim sendo, a hipótese de que a repressão foi uma reação à violência dos manifestantes é um tanto parcial: em parte ela foi uma resposta à tática de - se não da maioria, de um setor massivo do ato - de ocupar o senado; por outro suas proporções grandiosas extrapolando o específico permitem afirmar que foi uma ação tática, coordenada e possivelmente pré planejada de repressão generalizada ao conjunto da manifestação. Muitas bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas sequenciadamente em toda extensão da mobilização, fazendo com que as pessoas corressem em busca de um local pra respirar e, assim, recuassem da esplanada de volta à direção do museu nacional. A polícia jogou bombas progressivamente fazendo as pessoas recuarem e entenderem que não iriam mais voltar ao congresso nacional naquele dia.

A dinâmica que se seguiu após isso foi a da montagem de barricadas sucessivas pelos ministérios por parte da manifestação; as barricadas montadas garantiam uma resistência temporária e foram sucessivamente atacadas pela polícia, que avançava um pouco até próximo da outra barricada onde permanecia em conflito por um tempo. Até o final do dia contei cerca de oito barricadas neste processo constante de ataque e defesa e creio que a longa duração do ato mesmo sob constante ataque policial deveu-se à utilização desta tática. Além das barricadas, outras ações foram realizadas simultaneamente, como a ocupação, pichação e ataque aos vidros de diversos ministérios (em especial o de educação, onde o maior número de manifestantes deixou seu recado ao golpe da PEC). Alguns carros foram atacados durante este período de maior tensão (um deles, um audi A3, foi incendiado ao lado da Catedral).

Neste momento, grande parte da manifestação que não havia efetivamente se preparado para a Ação Direta (quem não tinha nenhum suporte de proteção como vinagre, leite de magnésia, bandanas, etc) já tinha recuado quase totalmente ao Museu Nacional. Nas ruas ficaram o setor que fazia a resistência em barricadas, parte da juventude estudantil e sindicalistas/dirigentes de entidades próximos aos carros de som. Sobre estes últimos um comentário a parte: a tensão com a forma como os carros de som agiram no ato ocorreu desde o começo da mobilização e já são antigas - em parte fruto do próprio desgaste deste tipo de esquema de manifestações e em outra pela própria disparidade entre a perspectiva burocratizada de quem falava ao microfone e quem estava nas ruas. Quando se iniciou o conflito na esplanada, houve o começo da ruptura entre o setor de estudantes e o setor vinculado à burocracia sindical que organizava a manifestação: todas as falas do carro de som tinham muitas vaias e eram muito pressionadas. Entre as falas mais moderadas ou contrárias à mobilização ("não confrontem, a polícia é nossa amiga"; "Fiquem atrás do carro de som, a polícia não vai atacar os manifestantes aqui"; "não deixemos meia dúzia de infiltrados acabarem com nossa mobilização") vez ou outra aparecia algum dirigente estudantil ou estudante de alguma coordenação regional buscando apaziguar com palavras mais aguerridas ou pacificadoras ("a polícia tem que parar de bater em estudantes pacíficos"; "nosso inimigo real é a PEC, não

vamos nos dividir entre nós"; "o governo Temer é responsável por toda esta repressão"). Esta tensão se manteve durante todo o ato quando, próximo à catedral, o carro de som foi finalmente ocupado pelos setores de ação direta da manifestação. Dezenas de encapuzados/as subiram as escadas e tomaram o microfone, afirmando que a partir daquele momento o carro serviria aos interesses de quem queria resistir à PEC e à repressão policial; utilizando o carro de som pra convocar as delegações a irem para as barricadas, etc. Não muito depois a polícia cercou o carro para deter quem estava ao microfone.

A rodoviária do Plano Piloto, ao fim, foi esvaziada pela polícia e governo. Com receio de que a mobilização tomasse aquele cenário com quebra-quebra de ônibus, envolvimento de um conjunto maior de pessoas e nova perda de controle, todas operações de transporte foram deslocadas para uma área vizinha e a Rodô foi sitiada pela polícia. Sobrou uma barricada entre o Museu Nacional e a Rodoviária. Já se aproximava das nove da noite e muitas delegações começaram a voltar aos seus ônibus para retornarem às suas cidades. A partir de então percebeu-se o grande número de pessoas desaparecidas, numa lista de dezenas de diferentes cidades (pelos informes que tenho, a maioria dos desaparecidos só foram localizados hoje). Destaque para um desaparecido especial: Bruno Leandro de Oliveira Maciel, coordenador de juventude do MST e estudante da Universidade de Brasília foi encapuzado, espancado no carro e em outros pontos da cidade que desconhece e muitas horas depois levado à delegacia acusado de depredação de patrimônio. O mesmo argumenta que se aproximou da barricada somente para ajudar pessoas feridas. Todos os detidos, que foram percentualmente poucos em relação ao grosso da repressão, já foram soltos. Muitos militantes estão feridos, mas nenhum com risco letal. Todos os boatos de que um, três, cinco ou até vinte militantes haviam sido assassinados foram desmentidos paulatinamente pelas organizações.

A barricada final foi violentamente reprimida quando a maioria das delegações já tinham ido embora, finalizando a mobilização. Houve, quando tudo estava encerrado, um conjunto de relatos de pessoas sendo abordadas em diferentes pontos da cidade por policiais, de forma bastante agressiva. Alguns grupos de extrema-direita também apareceram ao final da mobilização, cercando e aterrorizando algumas pessoas que estavam de saída. Baculejos e baculejos por todo o DF. Chegou ao fim, então, o dia de lutas contra a PEC 241/55, que apesar de ter a sessão de votação interrompida duas vezes em função da manifestação, acabou aprovada por sessenta e um votos favoráveis contra catorze contra.

Fechado este longo relato, tenho algumas questões de avaliação para compartilhar.

1 - O conjunto da manifestação não foi desvirtuado por meia dúzia de manifestantes de direita infiltrados no movimento. A manifestação ocorreu como ocorreu porque ela é fruto de um substrato de lutas de ação direta que tem ocorrido no bojo das lutas estudantis recentes (ocupações de escolas/faculdades, trancamentos de vias, táticas de enfrentamento e resistência direta à repressão). Quem foi ao ato ontem é, majoritariamente, quem estava envolvida/o com a ação direta em suas faculdades/escolas. Então a forma política deste movimento, nas ruas, é igualmente uma forma de ação direta. Trata-se da forma/conteúdo do movimento. A provocação latente de que as ocupações de escolas não eram significativas (pois supostamente deveria mesmo era ocupar o congresso) foi colocada à prova. Avaliem os resultados.

2 - Os quatro fatos centrais da mobilização, do ponto de vista da ação direta, foram as Barricadas, os carros virados, quebra de vidros dos ministérios e a ocupação do carro de som. Estas são as táticas que centralmente serão discutidas e criminalizadas pela grande mídia, políticos, esquerda burocrática e estado. Independentemente de serem táticas acertadas ou equivocadas, elas tiveram um efeito de prolongar o debate sobre as formas de ação justamente porque fogem ao controle institucional e jurídico que a ordem propõe. Acredito que ao invés de abalar a imagem da manifestação, estas táticas tiveram o efeito de prolongar o debate sobre a forma de lutar contra a PEC 55 e, por conseguinte, acentuar a reflexão sobre a contrariedade à emenda constitucional.

3 - Destaque especial para a ocupação do carro de som. Em alguma medida se trata de uma ação inédita nas lutas recentes, uma vez que destitui os comandos anteriores da mobilização. Este evento é uma novidade política no Brasil de hoje (como os black blocs e a apropriação pela direita foram novidades em 2013). Uma novidade que permite à esquerda desenvolver um debate sobre a burocratização de suas organizações, as metodologias de organização e formas de luta. Por outro lado, abre a possibilidade a cisões e mesmo apropriações indébitas que ainda não é possível dimensionar.

4 - Há a possibilidade da repressão ter sido planejada pelo estado. Para além do absurdo da revolta que ela gera em quem esteve presente, existem alguns elementos que colocam na ordem do dia a necessidade de maior repressão às lutas sociais. Em função das táticas empregadas ontem pode-se abrir um processo punitivista que resulte em ações diversas de desocupação das universidades, abertura de processos contra militantes identificados ou mesmo inventados e repressão ostensiva contra quem realizou a luta (inclusive os setores sindicais contrários à ação direta). Esta possibilidade futura mantém-se ainda que a repressão não tenha sido planejada, dada a capacidade da ordem em se apropriar do que de melhor se constrói contra ela. Este é o terreno em aberto.

5 - A questão central, a despeito da disputa entre Ação direta X Marcha Burocrática é: "O ato conseguiu interferir na aprovação da pec?" Do ponto de vista objetivo interferiu quando interrompeu a sessão de votação por duas vezes. No plano político imediato a derrota foi aterradora (sessenta e um votos contra catorze). Esta manifestação, independentemente de como ocorreu ou poderia ter ocorrido, foi ineficaz para barrar a aprovação em primeiro turno da proposta de fim do mundo. Abrem-se aí dois horizontes: ou ela foi capaz de gerar uma pressão que influa na política parlamentar e organize o movimento rumo ao próximo ato dia 13/12 (numa improvável reprovação da medida no segundo turno) ou ela serviu pra desenvolver e iniciar os gérmenes das formas de luta da conjuntura futura brasileira. Uma conjuntura de golpe.

6 - Não se vence uma guerra utilizando as mesmas táticas repetidamente em todas as lutas. Assim como o governo modificou seu arsenal recente, a criatividade e reorganização para os próximos enfrentamentos será vital para a nossa vitória. Devemos avaliar bem o que ocorreu de frágil e forte no processo e, sem preciosismo nem principismo e mobilizar o que tivermos em mãos para vencermos. Como diz o Bnegão, Nossa vitória não será por acidente.

As versões sobre o que ocorreu no dia 29/11/2016 serão muitas, lembradas muitas vezes no decorrer do tempo. Tal qual o Badernaço de 1986, muitos interesses de distintos grupos

estão em disputa neste contexto. Esta aqui é somente uma avaliação de um militante do movimento autônomo, que na última década e meia esteve envolvido em lutas e organizações as quais buscaram na Ação Direta ensinamentos para as nossas possíveis e necessárias vitórias estruturais. Espero que, para além de insuflar alguns conflitos, ela sirva para que vençamos.

Sobre aquela música, lá de cima.... Não, não era um hino de nossa luta. Muito menos uma mensagem objetiva e direta. Sempre que cantávamos, ríamos muito depois. Não sei ao certo, não lembro, no quanto acreditávamos de fato nos enunciados daquela canção; o quanto aquilo nos divertia centralmente em função de sua mensagem herege e transgressora. Não se tratava de um programa, mas de uma provocação. O estado (junto ao capital) deve sim ser demolido mas pela construção de relações sociais livres, autogeridas. As imagens das fogueiras das barricadas junto às bombas jogadas pelos agentes do estado me trouxeram à contraditória mensagem daquela canção, que falava de Ação Direta popular e denunciava Terrorismos de estado. Pois quem joga as bombas no mundo são os estados... eles em quem as vezes tocamos algum foguinho.

Mas a fogueira há de crescer, contra todas as bombas.

2.2 Marcha da FASUBRA Contra a PEC 255: infraestrutura, segurança e atendimento a vítimas - 29 nov

Como forma de garantir a ciência da estratégia construída e o atendimento a regramentos para garantir a segurança e proteger os Servidores da Base, a FASUBRA repassou de forma antecipada a todos os responsáveis pelos caravaneiros vindos para a marcha um conjunto de informações pensadas para que a Marcha tivesse seus objetivos cumpridos e que os participantes não sofressem lesões na ação. Para tanto, questões estruturais foram assim definidas:

- A Marcha foi montada com Estudantes na primeira coluna, a frente da Marcha, com MST e MTST na segunda coluna, e após foram posicionados Movimentos Sociais, onde a FASUBRA se posicionaria, junto à Biblioteca Nacional. A FASUBRA admitiu esta conformação tanto por construção negociada com os demais integrantes da composição da ação, quanto também para oferecer mais segurança física aos participantes das Entidades de sua Base. Foi construída estratégia para manter o movimento de atividade no Senado, que foi desconstruída em função da ação determinada pela polícia de choque, que a partir de infiltrados que a provocaram, iniciou a repressão de força;

- A FASUBRA se estruturou com escudos de proteção na frente de sua base, resistentes fisicamente a bombas de efeito moral e balas de borracha, que tinham a função de proteger os participantes da base e auxiliar na proteção dos demais integrantes das movimentações;

- de forma a garantir a segurança e com a responsabilidade estratégica de proteger os manifestantes das Entidades de base, a FASUBRA informou a todos os coordenadores de caravanas que construiu a Comissão de Segurança para a Marcha, com pessoal de coletes azuis ao longo da marcha dos servidores das IFES com a função de orientar as movimentações e propiciar rotas de fuga em condições desfavoráveis;

- com a função de atender a vítimas de lesões causadas pela agressão policial, a FASUBRA constituiu a Comissão de Saúde, identificados com camiseta vermelha, que teve por função intervir na Marcha quando fossem necessários atendimentos de socorro e encaminhamentos de feridos, vítimas de artefatos lançados pela polícia, com sofrimento por agressões físicas e vítimas de movimentações descontroladas. Foram posicionadas duas am

bulâncias e carro de apoio com capacidade de atendimento de emergência na Catedral e Biblioteca Nacional;

- a FASUBRA colocou sua Assessoria Jurídica Nacional à disposição do Ato para sustentar questões jurídicas e policiais que envolvessem os participantes;

- a FASUBRA prestou atendimento a centenas de feridos durante a Marcha e em hospitais na madrugada;

- foi criado operativo de busca de desaparecidos no Ato, que foram muitos, que funcionou durante três dias;

* Todas as orientações foram repassadas à Caravana da ASSUFRGS na noite do dia 28 e complementadas às 14 horas do dia 29 por questões de segurança, na concentração anterior à Marcha junto ao MEC Brasília.

2.3 Informe dos Delegadxs da ASSUFRGS no CNG FASUBRA: Carla, Rosane e Rui - 011216

- Vai baixar IG ainda hoje às bases;

- O Credenciamento dxs Delegados da ASSUFRGS foi feito;

- Raimundo Mendes, primo de Chico Mendes, veio solidarizar com o Movimento da FASUBRA;

- Dia 29 vieram à Brasília para as ações 1.500 Servidores e 500 estudantes de Universidades Federais. A FASUBRA custeou o valor de R\$ 16.000,00 e garantiu 20.000 lanches e 8.000 almoços;

- Nossos Delegadxs estão na Comissão de Infraestrutura, que tem também a função de Segurança.

Observações Gerais

- A Direção da FASUBRA reuniu com a ANDIFES hoje pela manhã, onde reitores se manifestaram contra o corte. O Fórum de Pró Reitores de Gestão de Pessoas também se manifestou contra o corte e alguns dirigentes de RH não descartam até entregar os cargos, em situação extrema de exigência de corte. Dessa forma, a questão deverá ficar localizada em algumas universidades;

- a Direção da FASUBRA irá participar da reunião do CONIF amanhã, na mesma linha de intervenção na ANDIFES;

- A data da votação da PEC 55 não está definida e há a expectativa de ser na próxima semana.

Orientações CNG

- com relação ao ponto, reunir com reitores e levá-los à assembleia buscando comprometimento;
- construir manifestações em aeroportos e casas de senadores nos Estados chamando a atenção contra a PEC 255;
- construir ações no Congresso Nacional;
- Entidades de Base devem emitir nota pública contra as agressões sofridas pelos movimentos sociais dia 29 em Brasília;
- no dia de Votação da PEC 55, será Dia Nacional de Lutas com ações radicalizadas em Brasília e nos Estados, inclusive buscando o impedimento de viagem dos senadores dos seus Estados para Brasília;
- 07 de dezembro: Marcha em defesa da saúde pública em Brasília

Brasília, 01/dezembro/2016

2.4 Informe dos Delegadxs da ASSUFRGS na Comissão de Infraestrutura - CNG FASUBRA: Carla, Rosane e Rui - 021216

Na reunião foram tratados e encaminhados os seguintes temas:

1. a ação de panfleteação no aeroporto às 6:30 horas de segunda feira será cancelada, em função de não ter material apropriado;
2. conforme encaminhamento do CNG, a FASUBRA irá participar da Marcha em Defesa da Saúde, que acontecerá dia 07, com concentração na catedral às 9 horas. O material a ser utilizado será providenciado por Luizão e Cosme, na Casa da Fasubra;
3. Será construído Informe da Comissão de Infraestrutura sobre a Marcha do dia 29 para ser apresentado ao CNG, com proposta de que seja repassado às bases. Proposta que seja elaborado por Luizão e Rui;
4. Sobre o Dia Nacional de Luta Contra a PEC, votação de segundo turno da PEC, foi feito demorado debate sobre a infraestrutura que seria necessária, visto tratar-se de ação muito específica. As indefinições da data, que se entende deva ser na próxima semana, e do tipo de atividade, fará com que a infraestrutura tenha que se desdobrar para o operativo. Optou-se por aguardar definições do CNG.

Notas

- A próxima reunião do CNG será na segunda feira, às 9 horas;
- A votação da terceirização na Comissão deverá ocorrer na próxima terça feira.

- Se possível, em função da agenda do CNG, iremos participar na terça feira do Seminário Internacional de Previdência Social, promovido pela Frente Parlamentar da Previdência

Brasília, 02/dezembro/2016

2.5 Marcha do dia 04 contra a corrupção: judiciário não é nossa alternativa de classe - 04 dez

Ao fazermos uma rápida visita aos julgamentos de 1988, quando se retoma o Estado de Direito, até os dias de hoje, podemos entender na generalidade a convivência do poder judiciário com a classe dominante.

O TST cassou as ações que os trabalhadores deveriam ter ganhos de relação de trabalho e cerceou direitos, como o Plano Verão, Correção do FGTS, Plano Bresser, Plano Collor 84, 28,86% reajuste dos militares, Direito a negociação Coletiva, RJU, Greve dos Petroleiros, Plano Real...

Esses julgamentos não foram por questões cívicas ou preocupação com o País. Não existe a menor condição de alguém que tenha vivido tudo isso achar que este poder judiciário é feito de pessoas probas e com intenções de justiça independente da luta de classes. E poderíamos também citar aqui os posicionamentos com as centenas de Adin e os ataques a direitos da classe trabalhadora, como o de greve.

A justiça e as leis foram historicamente construídas pelos interesses das elites e assumiram, em termo geral, o papel de defender o sistema capitalista mascarando suas contradições e mediando agressões à classe trabalhadora. Não pode a classe trabalhadora ter expectativas que o judiciário oferecerá a defesa dos interesses dos trabalhadores e lutar contra a corrupção, inerente ao sistema que vivemos.

Não vemos magistrado, procurador ou juiz fazer pronunciamento público sobre a PEC 55 ou contra as trambicagens envolvendo Temer, Calheiros, Eliseu Quadri e Gedell, entre outros.

Podemos até levantar bandeiras na defesa das instituições que fazem parte do sistema democrático do Estado. No entanto, os que convocam esta Marcha de hoje têm outros objetivos além de um mero projeto contra a corrupção, que está alinhado ao Golpe assumido por Temer. Como em outros momentos de nossa história recente, criam fatos políticos para satisfazer uma grande massa teleguiada por ideias distorcidas da realidade, criando um pano de fundo que esconde o que estão fazendo nos bastidores.

Assim fizeram nas marchas para o impeachment; assim fazem agora na Marcha pro reformas.

2.6 Registro da Reunião dos CNGs do setor da Educação Federal - 05 dez

Em 05 de dezembro, realizamos uma reunião conjunta entre os comandos nacionais de greve do ANDES, FASUBRA e SINASEFE, aonde foi possível, a partir dos debates e acúmulos dos comandos, realizar a seguinte indicação de calendário de luta:

06 de dezembro

- Acompanhar o debate da PLV 34 (MP 746), na Câmara
- Twittaço a partir das 11h: #eudigonãomortedoensinomédio e #eudigonãoademosntedaeducação

07 de dezembro

- Ato às 9h contra a PEC 55 organizado pela área da saúde, com concentração na Catedral na esplanada do Ministério
- Twittaço a partir das 11h: #nãoàpec55 e #eudefendoasaúdepública

De 11 para 12 de dezembro:

- Colagem de cartazes lambe-lambe com a foto dos senadores que votaram no primeiro turno à favor da PEC 55 (amanhecer as cidades com os cartazes)

13 de dezembro – Dia Nacional de Luta com mobilização

- Ato contundente nos estados em articulação com as entidades da educação dos serviços públicos, movimento social, popular, sindical e estudantil.
- Ato Vigília em Brasília com convite a artistas.

Propostas de materiais para os comandos CLG e CLG:

Cartazes :

- Não a reforma do ensino médio, Não à PEC 55, Não à MP 746, Diga não à PEC 55, Em defesa da educação pública, eu digo não ao desmonte da educação, eu defendo a saúde pública, eu defendo a previdência pública,

Obs.: Fazer Mordaça, com tecido preto, para ser usada nos atos

Próximas REUNIÕES em Brasília

- 07/12- reunião dos 3 comandos às 18h no SINASEFE
- 08/12 reunião da comissão do ato às 18h no ANDES-SN- 5º andar
- 11/12 reunião com os indicados de cada entidade às 16h na FENASPS (Camila ficou de confirmar o local)

Comissões/ tarefas:

- Contato do ato vigília do dia 13/12: ANDES (Laurean), Fasubra (Euridice e Ivanilda) e SINASEFE (Daniel)

Tarefa: ver estrutura de carro de som e contatos com artistas para participar

2.7 Relatório da reunião do CNG realizada no dia 05/12.

-Informes das comissões e inclusão de novos delegados

-Informes de Base

-Calendário

Encaminhamentos:

1-Novo grupo de whatsapp para as comissões.

2-Moção de solidariedade aos companheiros de Santa Catarina (responsável a comissão de comunicação)

3-Moção de solidariedade ao companheiro bancário Juary (deverá ser encaminhada para a direção da FASUBRA para análise)

4-Carta do CNG com a decisão do STF sobre a questão do aborto. Deverá ser incluído a resolução aprovada no CONFASUBRA. (responsável comissão de comunicação)

4-Levantamento das universidades em que tiveram aprovados pelos Reitores ou Conselho Universitário apoio a nossa greve.

5-Nota sobre a Marcha do dia 04/12(domingo) será apresentada e avaliada na reunião do dia 08/12/16.

6-Aprovada a avaliação apresentada pela comissão de infra estrutura.

O calendário com todas as atividades da semana foi divulgado através de cartazes. (reunião Fonasefe, Andifes, Comando Unificado da Educação, Marcha da Saúde, Atividades no Senado e Câmara e reuniões das comissões).Todas as atividades realizadas de segunda-feira a quarta-feira, tiveram a participação dos delegados do CNG.

Dia:08/12/16(quinta-feira)-Reunião do CNG-09 horas

Dia: 09/12/16 (sexta-feira) Atividade de combate a opressão(avaliar a realização)

-Após a reunião desceu para as bases um IG com o documento da ANDIFES sobre o corte de ponto e esclarecimento sobre a votação de segundo turno da PEC 55.

2.8 Informe dos Delegadxs da ASSUFRGS no CNG FASUBRA: Carla, Rosane e Rui - 051216

- vai baixar IG ainda hoje às bases, com orientações;

- não teve reunião com CONIF na sexta e a FASUBRA está buscando construir política para os IF;

- hoje à tarde tivemos reunião com SINASEFE e ANDES, que encaminharemos relato a seguir;

- em função da indefinição da data de votação da PEC, considerando que o processo de apreciação no senado exige procedimentos prescritos e número de reuniões de discussão anteriores à votação da PEC 55 e a cassação de Renan, o CNG está tendo dificuldades para orientar às bases quanto a encaminhamentos e orientações;

- com relação a caravanas, por consequência do exposto, a FASUBRA está construindo as ações a serem adotadas e orientações quanto a vinda de caravanas;

- dia 7 teremos a Marcha da Saúde e estamos trabalhando para garantir a estratégia de participação;

- na terça participaremos de Audiências Públicas, Comissões e Votações no Senado e Câmara Federal;

- com relação à Marcha do Dia 29, aprovamos o seguinte texto para relatar e orientar às bases:

1. Como forma de garantir a ciência da estratégia construída e o atendimento a regramentos para garantir a segurança e proteger os Servidores da Base, a FASUBRA repassou de forma antecipada a todos os responsáveis pelos caravaneiros vindos para a marcha um conjunto de informações pensadas para que a Marcha tivesse seus objetivos cumpridos e que os participantes não sofressem lesões na ação. Para tanto, questões estruturais foram assim definidas:

2. A Marcha foi montada com Estudantes na primeira coluna, a frente da Marcha, com MST e MTST na segunda coluna, e após foram posicionados Movimentos Sociais, onde a FASUBRA se posicionaria, junto à Biblioteca Nacional. A FASUBRA admitiu esta conformação tanto por construção negociada com os demais integrantes da composição da ação, quanto também para oferecer mais segurança física aos participantes das Entidades de sua Base. Foi construída estratégia para manter o movimento de atividade no Senado, que foi desconstruída em função da ação determinada pela polícia de choque, que a partir de infiltrados que a provocaram, iniciou a repressão de força;

3. A FASUBRA se estruturou com escudos de proteção na frente de sua base, resistentes fisicamente a bombas de efeito moral e balas de borracha, que tinham a função de proteger os participantes da base e auxiliar na proteção dos demais integrantes das movimentações;

4. de forma a garantir a segurança e com a responsabilidade estratégica de proteger os manifestantes das Entidades de base, a FASUBRA construiu a Comissão de Segurança para a Marcha que posicionou pessoal de coletes azuis ao longo da marcha dos servidores das IFES com a função de orientar as movimentações e propiciar rotas de fuga em condições desfavoráveis;

5. com a função de atender a vítimas de lesões causadas pela agressão policial, a FASUBRA constituiu a Comissão de Saúde, identificados com camiseta vermelha, que teve por função intervir na Marcha quando fossem necessários atendimentos de socorro e encaminhamentos de feridos, vítimas de artefatos lançados pela polícia, com sofrimento por agressões físicas e vítimas de movimentações descontroladas. Foram posicionadas duas ambulâncias e carro de apoio com capacidade de atendimento de emergência na Catedral e Biblioteca Nacional;

6. a FASUBRA colocou sua Assessoria Jurídica Nacional à disposição do Ato para sustentar questões jurídicas e policiais;

7 a FASUBRA prestou atendimento a centenas de feridos e em hospitais durante o ato e na madrugada;

8. foi criado operativo de busca de desaparecidos no Ato, que foram muitos.

Brasília, 05/dezembro/2016

2.9 Informe dos Delegadxs da ASSUFRGS no CNG FASUBRA: Carla, Rosane e Rui - 071216

- Dia 06 participamos do Seminário Internacional da Previdência, onde teve abordagens técnicas e políticas, a partir de intervenções do governo e de participantes representando Entidades Argentina, Brasileira e Chilena. Nas avaliações, questões relativas à transição de modelo de previdência, paridade de salários para ativos e aposentados, integralidade de salários na aposentadoria, tempo de serviço, não diferenciação de gênero e sustentação do sistema de previdência (fontes de financiamento...), entre outras. Recebemos livros que serão entregues à Biblioteca da ASSUFRGS;

- Dia 07 pela manhã participamos da Marcha em Defesa da Saúde.

- O Senador Jorge Viana convocou a reunião de hoje para discussão da PEC55, cumprindo a necessidade de totalizar 5 reuniões de discussão para proceder a votação no dia 13.

- na reunião com a ANDIFES, de forma a garantir o não corte de ponto, ficou o acordo de a greve ter orientação de retorno para após a votação, com negociação para reposição dos serviços pendentes;

Debate Político - Possíveis orientações no CNG de 08 de dezembro

- retorno ao trabalho dia 14;

- suspensão da greve, com debate a ser feito sobre a pauta quando na continuidade do movimento;

- deflagração do Estado de Greve, que juntamente com a suspensão tem funções políticas de mobilização e jurídicas para sustentar ações;

- Deflagração de Campanha Contra a Reforma da Previdência;

- inclusão na LDO de reposição de perdas salariais aos Servidores em 2018.

Brasília, 07/dezembro/2016

2.10 Avaliação prévia ao CNG - 08 dez

O objetivo desse material elaborado antes do CNG de 08/dez é socializarmos informes e ver se temos todxs a mesma compreensão, e também porque amanhã teremos cng de avaliação e orientações que poderão conter elementos que não estão aqui, ou que até mesmo divirjam de alguma coisa, mas aqui passo alguns informes e a discussão que temos acumulada aqui no âmbito da DN, pois algumas AG's acontecerão antes de sair orientação do comando.

Primeiro, o calendário de votação da PEC segue, com uma vergonhosa negociação nos bastidores da votação sobre Renan no STF. O poder do judiciário, o valor dos salários e o rumo das reformas determinaram o acordo que manteve Renan no cargo, numa votação imoral, aos moldes do que foi cassar Dilma sem torna-la inelegível: rasgar tudo para fazer o jeitinho deles. Assim Renan continua na presidência, sem no entanto seu cargo manter as mesmas atribuições. Sim, o cargo de presidente do senado não está mais na linha sucessória por hora, uma mudança constitucional temporária, feita sem dizer que foi feita.

Esse processo, não passou sem antes um novo vexame do PT. Viana assinou o documento defendendo a manutenção de Renan, deu entrevistas dizendo que não pretendia assumir a vaga de Presidente do Senado, e garantiu a convocação da sessão do senado de hoje, convocando-a no lugar de Renan (o resultado do STF ainda não havia saído), e assim mantendo a contagem de sessões para a votação da PEC. Natural, já havia dito antes que o calendário não seria alterado, e o Senado já tinha manifestação da maioria dos senadores de defender Renan perante o STF. Uma incrível demonstração de como o esquema e dependência se espalhou, onde todos dependem da convivência uns dos outros.

A isso, soma-se o informe da reunião de ontem na Andifes. A reunião começou bem difícil, com os reitores afirmando que entendiam a decisão do STF como de aplicação imediata, que talvez estivessemos interpretando de forma equivocada a carta da Andifes da última segunda, que eles tinham reunião no MEC ontem mesmo, e que deveríamos buscar negociação junto ao planejamento para ver como ficava o ponto, que no planejamento é que se define se tem e como tem a reposição. Argumentamos que essa visão está equivocada, tentar jogar a centralidade da negociação do ponto no planejamento seria prejudicar nossa categoria, e que acordos de reposição de serviço, e não de dias, sempre foram feitos junto a cada universidade, como em 2012 e 2015, e a decisão do STF não excluía essa possibilidade. Mas tem muitos receios, e a definição da duração da greve é um fator que será levado em conta por alguns reitores no próximo dia 09, no momento de fechar as folhas de pagamento.

Nossa greve tensionou no que foi possível a conjuntura, apoiada na onda de ocupações, para demonstrar a resistência da classe nessa conjuntura, independente se isso seria o bastante ou não para barrar a tramitação da PEC, e o último dia 29, em que pese a selvageria como fomos tratados pela PM, mostrou que ainda temos capacidade de reagir aos ataques que a burguesia impõe para poder manter o serviço de pagamento dos juros da dívida.

A proximidade da votação final, e o refluxo que já se visualiza no processo de ocupações (nas escolas do Paraná já refluí em quase todas, Brasília também, e a ocupação estudantil na UnB deve se encerrar amanhã, entre outros exemplos), nos leva a ter de planejar nosso

reposicionamento para os embates seguintes, vendo formas de acumular a experiência de luta vivida.

Para barrar a PEC, e as medidas seguintes já em curso, como a MP do ensino médio, e a reforma da previdência, faz-se necessário que outros setores também busquem protagonismo. A centralidade da resistência à pec 55 ficou no terreno da educação federal, sem que as centrais sindicais que tem maior inserção na classe, ou os movimentos sociais, entrassem a fundo nesse enfrentamento. Isso limitou em muito nossas possibilidades de derrotar Temer e seu projeto, pois esses outros setores ainda não assimilaram o fim do Governo Dilma, e continuam na perspectiva de retornar ao poder por meio de conciliação de classes voltando a cumprir protagonismo no regime democrático-burguês, na espera do Feliz 2018, mesmo que pós destruição de direitos dos trabalhadores e da juventude, ao invés de apostar efetivamente na ação direta.

A Reforma da Previdência será o grande embate de 2017, pois a mesma é a porta final para a reforma trabalhista. E o governo foi muito além do que os jornais vinham especulando. Colocar 49 anos de contribuição como condicionante para poder ter a aposentadoria podendo chegar no limite ao teto do INSS (em torno de 5000 reais), arrasa as condições de aposentadoria, e retira todos direitos do funcionalismo, que numa tacada só perde a integralidade e a paridade, e por tabela ainda desconstrói nossa carreira, pois as progressões e incentivos a qualificação não poderão ser carregados na aposentadoria, pois devem ultrapassar esse teto imposto. E isso se aposentar, pois, por exemplo, quem começou a trabalhar com 21 anos, teria de trabalhar até os 70 anos (49 de contribuição) para poder reivindicar o teto do INSS. Nesse final de semana buscaremos enviar uma avaliação mais detalhada da reforma da previdência (ou da supressão total desse direito...).

Nesse cenário, nossa compreensão é de que é necessário darmos a demonstração de nossa mobilização com atos fortes por todo o país na próxima semana, em especial nas capitais, e então suspender a greve, mantendo estado de greve, para evitar um corte de ponto generalizado e a impossibilidade de retomarmos protagonismo em 2017, além de que o final de ano encerra possibilidade de mantermos ações de visibilidade e tensionamento. Essa discussão deve se dar amanhã no comando, mas ninguém na direção (com exceção de dois diretores) pensa num caminho diferente. Possivelmente, o comando amanhã orientará manutenção das agendas dessa semana, e os atos no dia 13, com rodadas de assembleias na próxima semana para avaliação de uma saída organizada dia 14 ou 15. A isso, adendamos a caracterização de suspensão da greve e manutenção de estado de greve, pois o confronto já tem próximos capítulos encaminhados, e iniciamos a desenvolver na categoria a discussão de combinar a luta contra o sucateamento da saúde e educação, que fizemos no enfrentamento da pec 55, com outras duas discussões: a reforma da (destruição da) previdência, e a necessidade de estabelecer previsão orçamentária na LDO que será votada no próximo ano, para que não fiquemos com salários congelados em 2018.

2.11 Antecipações das orientações encaminhadas no CNG 08 dez

- retorno dia 15
- rodada de ag até dia 12
- Suspensão e estado de Greve
- atos fortes nos Estados dia 13; DF vai fazer algo
- reunião com ANDIFES agora para garantir o não corte
- CNG dia 14.

2.12 Informe dos Delegadxs da ASSUFRGS no CNG FASUBRA: Carla, Rosane e Rui - 121216

- Dia 08 a FASUBRA esteve na ANDIFES e em contato com o CONIF, que encaminhou às IFES a posição de não corte de ponto em funções das argumentações já colocadas e do encerramento da greve dia 15. Relato na ANDIFES colocou que sabiam das dificuldades, mas que existiriam problemas em algumas poucas bases (Amazonas, Santa Catarina);
- A FASUBRA ratificou a necessidade da saída unificada dia 15, a continuidade da construção dos enfrentamentos com as reformas e a realização do CNG dia 14, a partir das avaliações das posições das bases, para construir o balanço da Greve;
- Sobre os atos do dia 13, a resposta que A FASUBRA teve das bases é que nos Estados existiram ações fortes. No Distrito Federal há várias movimentações das Centrais Sindicais e Ocupa UNB, particularmente;
- Hoje foi realizada reunião do FONASEFE sobre ato no DF, com participação de Entidades, que apontaram para atividades envolvendo segmentos sociais amanhã;
- Novamente, a exemplo da preparação que fizemos para o dia 29, o ato no DF terá estrutura de segurança, atendimento de saúde e assessoria jurídica;
- Estamos retornando na noite do dia 14;
- Solicitamos que sejam enviados às Unidades da Carla e Rui justificativa de ausência no dia 15; Rosane está em férias a partir do dia 12, não necessitando de justificativa.

Brasília, 12/dezembro/2016

2.13 CNG de 14 de dezembro: Fechamento da Greve

- Intensificar "Fora Temer: Eleições Já";
- Promover debate sobre estratégia da FASUBRA e unificação das lutas: alterações na conjuntura (golpe e rupturas de Estado, redução das funções públicas), mudanças no perfil da base; métodos de negociação e ações;
- Campanha contra a Reforma da Previdência: conhecimento, conscientização e preparação para os enfrentamentos; construção da unidade de ação com movimentos (trabalhadores da cidade e campo, estudantes e Movimentos Sociais);
- Plenária da FASUBRA início de 2017.

Brasília, 14 de dezembro de 2016